

Orçamento foge à realidade

Rio — O próximo presidente da República terá que enfrentar, na prática, uma situação pior do que a refletida nos números globais, contidos no Orçamento Geral da União para 1990. A perspectiva do secretário para assuntos econômicos, do Ministério da Fazenda, Michael Gartenkraut, é a mesma dos deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Osmundo Rebouças (PMDB-CE), que falaram ontem a uma platéria de empresários na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Gartenkraut admitiu que as duas principais propostas da equipe econômica que assumiu o Governo em 1988 — ajuste fiscal gradual e normalização das relações com a comunidade financeira internacional — não foram plenamente atingidas e disse que, a partir de 1985, quando o Tesouro Nacional começou a carregar a dívida externa, os desequilíbrios se acentuaram.

O secretário para assuntos econômicos, do Ministério da Fazenda, disse que parte da culpa por não terem sido alcançados os objetivos pretendidos foi da equipe a qual pertence, que não conseguiu convencer a sociedade e, princi-

palmente, o Congresso Nacional, de que o ajuste fiscal era o único caminho capaz de evitar a aceleração inflacionária. Ele afirmou que o orçamento proposto para 1989 era austero e foi totalmente desmontado pelo Congresso.

Os deputados Osmundo Rebouças e Francisco Dornelles não têm dúvidas de que as receitas estão superestimadas e as despesas subestimadas no orçamento, a ser administrado pelo futuro presidente. Com isso, Rebouças calcula que o déficit operacional previsto para este ano, com alta de 2,1 por cento do PIB e para 2,6 por cento no ano que vem, deve superar tal patamar.

A receita tributária total do tesouro (8,4 por cento do PIB), segundo Rebouças, será inferior à receita da Previdência Social (10,1 por cento do PIB).

Dornelles prevê dificuldades na execução do próximo orçamento — a recuperação das tarifas públicas, por exemplo, deveria ocorrer a partir de setembro e não está sendo feita — e, em função disso, voltou a propor a alteração do ano fiscal para que o próximo governo possa preparar outro orçamento que entre em vigor em 1º de julho.